



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
COMISSÃO DE ÉTICA PÚBLICA

VOTO

Processo:	00191.001109/2024-40
Interessado/Cargo:	[REDACTED] da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN
Assunto:	Supostos desvios éticos decorrentes de participação de familiar em missão oficial internacional
Relatora:	CONSELHEIRA MARIA LÚCIA BARBOSA

PROCEDIMENTO PRELIMINAR. DENÚNCIA DE SUPOSTOS DESVIOS ÉTICOS DECORRENTES DE PARTICIPAÇÃO DE FAMILIAR EM MISSÃO OFICIAL INTERNACIONAL. AUSÊNCIA DE INDÍCIOS DE MATERIALIDADE QUE EVIDENCIEM CONDUTA INCOMPATÍVEL COM OS PADRÕES E NORMATIVOS ÉTICOS, CAPAZES DE JUSTIFICAR A INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE APURAÇÃO ÉTICA. ARQUIVAMENTO.

I - RELATÓRIO

- Trata-se de procedimento preliminar instaurado a partir de denúncia anônima recebida pela Ouvidoria da Presidência da República, no dia 11 de novembro de 2024, por meio da Plataforma Fala.Br [REDACTED], e encaminhada à Comissão de Ética Pública - CEP, em face do interessado [REDACTED] da Agência Brasileira de Inteligência (ABIN), por supostas condutas antiéticas decorrentes do acompanhamento de um familiar em viagem destinada à participação do interessado na [REDACTED], realizada em [REDACTED] (6233344, fls. 1-3).
- A denúncia aponta que o interessado teria utilizado recursos públicos para levar sua esposa, não identificada, em viagem oficial ao exterior, sem apresentar justificativas relacionadas ao interesse público. Informa, ainda, que, durante a missão internacional, a referida familiar — embora não possuísse vínculo com a ABIN ou com qualquer outra instituição de segurança ou inteligência — teria participado de reuniões com representantes de serviços de inteligência de diversos países, nas quais foram tratados temas de elevada sensibilidade.
- Sustenta que a presença indevida da familiar em reuniões sensíveis poderia ser comprovada por meio do documento [REDACTED]
- A seguir, destacam-se os principais trechos da denúncia (6233344, fls. 1-2):

Em clara demonstração de desrespeito às normas da administração pública, [REDACTED], utilizando recursos públicos, levou sua esposa em uma viagem oficial ao exterior, destinada a reuniões [REDACTED]. Nessas reuniões, foram tratados assuntos de extrema sensibilidade, envolvendo temas de segurança nacional, crime transnacional e questões relativas às fronteiras do Brasil com países vizinhos.

A esposa do [REDACTED]

Não possui vínculo com a ABIN ou qualquer outra instituição de segurança ou inteligência;

Não detém credenciais de segurança, nem autorização para participar de reuniões sigilosas;

Não possui função oficial que justifique sua presença em eventos de alta sensibilidade e acesso restrito.

A presença de sua esposa causou constrangimento aos oficiais de inteligência brasileiros que compunham a delegação, bem como aos representantes dos órgãos congêneres internacionais, que demonstraram perplexidade quanto ao seu papel nas discussões.

Violação de Dispositivos Legais e Normativos:

A conduta do [REDACTED] da ABIN infringe os seguintes dispositivos:

[...]

3. Lei nº 12.527/2011 (Lei de Acesso à Informação) e normativas internas da ABIN que tratam da classificação de informações sensíveis e sigilosas, restringindo o acesso a pessoas não autorizadas.

4. Normas internas da ABIN: As instruções normativas da ABIN vedam expressamente o acesso de pessoas sem vínculo oficial a reuniões bilaterais de inteligência e determinam a estrita observância das normas de segurança e confidencialidade.

Evidências Documentais:

Os fatos relatados podem ser comprovados pelo documento [REDACTED] que registra a participação indevida da esposa [REDACTED] nas reuniões.

Considerações Finais:

A situação relatada expõe a ABIN a risco institucional, compromete a confiança dos órgãos congêneres internacionais e configura uma afronta aos princípios básicos que regem a administração pública. Além disso, evidencia a utilização indevida de recursos públicos e a tentativa de conferir tratamento privilegiado a pessoa sem qualquer vínculo com o serviço de inteligência.

Tendo em vista que a Corregedoria da ABIN, sob a gestão atual, apresenta fortes indícios de falta de isenção e imparcialidade, encaminho esta denúncia diretamente à Controladoria-Geral da União e à Presidência da República. Caso as devidas providências não sejam tomadas, os fatos relatados serão levados ao conhecimento da imprensa.

[...] (em destaque)

5. Nesses termos, atribuíram-se ao interessado as seguintes condutas em desacordo com os preceitos éticos: (i) utilização de recursos públicos para custear, indevidamente, a participação de familiar em viagem oficial ao exterior, destinada à realização de reuniões entre agentes de inteligência; e (ii) divulgação de informações sensíveis e sigilosas, uma vez que sua esposa não possui vínculo funcional com a ABIN, tampouco autorização formal para participar dos referidos encontros.

6. Com o objetivo de subsidiar a análise de admissibilidade do procedimento preliminar instaurado, determinei, por meio de Despacho (6547261), a realização de diligências junto à ABIN, com vistas à obtenção de informações detalhadas sobre os fatos relatados, nos termos do item 7 do referido despacho, transcrito abaixo:

7. Assim, nesses termos, determino que a **Agência Brasileira de Inteligência - ABIN** seja notificada a esclarecer, **no prazo de 10 (dez) dias úteis**:

a) se o documento mencionado na denúncia, o [REDACTED] realmente existe, e, em caso afirmativo, encaminhe cópia do citado documento à CEP; e

b) se há registro de viagem oficial ao exterior do interessado [REDACTED] acompanhado da respectiva esposa, com o envio da respectiva documentação.

7. Adicionalmente, determinei que, após a conclusão das diligências, o interessado [REDACTED] fosse notificado para apresentar esclarecimentos preliminares.
8. Em resposta ao Ofício nº 220/2025/CGAPE/SECEP/SAJ/CC/PR (6604891), a Assessoria de Controle e Conformidade da ABIN encaminhou, por meio de mensagem eletrônica (6696284), o Relatório de Difusão Interna [REDACTED], de 30 de outubro de 2024 (6696285), mencionado na denúncia, bem como o processo administrativo que fundamentou a autorização de afastamento do país do interessado (6696286).
9. Na sequência, em resposta ao Ofício nº 236/2025/CGAPE/SECEP/SAJ/CC/PR (6714802), o interessado alegou (6749954) que sua participação no [REDACTED] foi custeada com recursos próprios, em razão das restrições orçamentárias enfrentadas pelo Governo Federal, tendo renunciado ao recebimento de diárias e arcado com os custos das passagens aéreas. Sustentou que todas as justificativas relativas ao deslocamento constam do Ofício [REDACTED] (6696286, fls. 5-6).
10. Quanto à alegação de que a familiar teria participado de reuniões restritas, o interessado esclareceu que ela esteve apenas em eventos sociais, realizados em locais públicos, com a presença de familiares de outros representantes estrangeiros. Ressaltou que a Memória do Evento, constante [REDACTED] (6696285), não registra qualquer participação da esposa em atividades técnicas ou reservadas.
11. É o relatório.

II - FUNDAMENTAÇÃO

12. Entendo que, diante do conjunto probatório, já é possível prosseguir com a análise de admissibilidade.
13. Em exame preliminar, verifica-se que o interessado [REDACTED] ocupa o cargo de [REDACTED] da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN[1], código [REDACTED] cargo em comissão de Nível Especial - NES, nos termos do [Anexo III da Lei nº 14.204, de 2021](#). Por isso, os fatos denunciados atraem a competência investigatória da CEP, nos termos do art. 2º, [REDACTED] do Código de Conduta da Alta Administração Federal (CCAAF), transcrito abaixo:
- [REDACTED]
- [REDACTED]
- [REDACTED]
- [REDACTED]

14. Quanto aos fatos narrados, **não** há evidências que comprovem a prática de irregularidades por parte do interessado.
15. Segundo a denúncia, o interessado teria se utilizado de recursos públicos para levar consigo a esposa em viagem oficial ao exterior e, durante a missão internacional, teria permitido sua participação em reuniões nas quais teriam sido abordados temas sensíveis, protegidos por sigilo legal. Contudo, os elementos constantes dos autos indicam tratar-se de denúncia fundada exclusivamente em percepções subjetivas e interpretações pessoais, sem qualquer base probatória capaz de corroborar as acusações formuladas.

16. No que se refere à alegação de utilização de recursos públicos para custear o deslocamento da esposa do interessado, os documentos acostados aos autos demonstram que não houve dispêndio de verbas públicas, sequer com o deslocamento do próprio interessado, para participar da [REDACTED] realizada em [REDACTED].

17. Conforme o Relatório de Afastamento do País do interessado (6696286, fls. 3-4), a missão não envolveu recursos orçamentários relativos a passagens, diárias ou seguro saúde. De igual modo, o Ofício [REDACTED] (6696285, fls. 5-6), referente ao pedido de autorização ministerial para o afastamento, informa que a ABIN não dispunha de recursos para custear o deslocamento internacional, em razão do bloqueio orçamentário vigente à época, tendo o interessado se comprometido a arcar com os custos da viagem, diante da relevância institucional do evento.

18. Verifica-se que o Despacho de 2 de outubro de 2024, publicado no DOU de 8 de outubro de 2024 (6696286, fl. 7), por meio do qual a Secretária-Executiva da Casa Civil da Presidência da República autorizou o afastamento do interessado do país, registra que o deslocamento ocorreu com **ônus limitado**, o qual implica direito apenas ao vencimento ou salário e demais vantagens do cargo, nos termos do art. 1º, II, do Decreto nº 91.800, de 1985[2], diferentemente das viagens com ônus, previstas no inciso I do mesmo dispositivo, que asseguram ao servidor o pagamento de passagens e diárias.

19. Quanto à suposta participação da esposa do interessado em reuniões que envolveriam informações sensíveis e protegidas por sigilo legal, não há nos autos qualquer prova do referido fato. [REDACTED], citado na denúncia, não indica sua presença em reuniões restritas. O documento menciona sua participação apenas em locais públicos e eventos sociais, em três ocasiões: (i) chegada ao aeroporto em [REDACTED] (6696285, fl. 1); (ii) jantar de confraternização, [REDACTED] (6696285, fl. 10); e (iii) jantar na residência do adido da ABIN [REDACTED], após o encerramento do evento, [REDACTED] (6696285, fl. 14).

20. Desse modo, à luz dos documentos constantes dos autos, conclui-se que o interessado custeou, com recursos próprios, a viagem oficial ao exterior na companhia de sua esposa, não havendo qualquer indício de que a referida familiar tenha participado de reuniões que envolvessem informações sensíveis ou sigilosas.

21. Nessa conjuntura, reputo configurada a insuficiência de materialidade probatória para enquadrar a conduta do interessado como um ilícito ético, nos termos do Código de Conduta da Alta Administração Federal, visto que, para atribuir, em definitivo, a prática de uma conduta delitiva a um acusado, as alegações precisam estar solidamente sustentadas, em uma prova cabal e incontestada, ou na integralidade dos autos.

22. Sob tais circunstâncias, tanto o Código de Conduta da Alta Administração Federal quanto a Resolução CEP nº 17, de 2022, impõem a obrigação de identificar indícios mínimos de materialidade que justifiquem a instauração de processo de apuração de conduta contrária à ética pública. Confira-se:

Código de Conduta da Alta Administração Federal

Art. 18. O processo de apuração de prática de ato em desrespeito ao preceituado neste Código será instaurado pela CEP, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, desde que haja indícios suficientes.

Resolução CEP nº 17/2022

Art. 16. O procedimento de apuração de infração ao Código de Conduta será instaurado pela CEP, de ofício ou em razão de denúncia fundamentada, desde que haja indícios suficientes, observado o seguinte (...).

23. A apuração ética e a eventual aplicação de sanções, embora distintas da seara penal, compartilham princípios fundamentais como o devido processo legal, o contraditório, a ampla defesa e, sobretudo, a presunção de inocência. Por essa razão, exige-se um conjunto probatório consistente, capaz de afastar qualquer dúvida razoável quanto à autoria da suposta transgressão ética.

24. Nesse contexto, a imposição de sanção, inclusive no âmbito ético, exige a demonstração inequívoca da transgressão, com base em provas e indícios consistentes. A mera suspeita ou a fragilidade dos elementos apresentados não são suficientes para justificar a aplicação de penalidade, sob pena de violação dos direitos fundamentais da autoridade envolvida.

25. A exigência de amparo indiciário suficiente decorre da própria natureza das sanções éticas, que podem acarretar impactos significativos na trajetória profissional e pessoal da autoridade denunciada. A reputação, a credibilidade e o exercício da função pública são bens jurídicos relevantes, cuja proteção impõe cautela na instauração de processos éticos, evitando decisões precipitadas ou injustas.

26. Assim, a instauração de processo de apuração de infração ética somente se justifica quando os autos apresentarem elementos indiciários mínimos que permitam o aprofundamento investigativo. A análise preliminar deve estar respaldada em fatos concretos e consistentes, aptos a demonstrar a plausibilidade da infração e a necessidade de apuração.

27. É diante da constituição do conjunto fático-probatório que deve o julgador, orientado pelo princípio da persuasão racional, proceder à análise de admissibilidade do procedimento preliminar, decidindo-se pela instauração do processo ético ou pelo seu arquivamento. Tal regramento já foi, inclusive, reiterado em decisões anteriores da Comissão de Ética Pública, como se verifica nos seguintes precedentes: Processo nº 00191.000043/2024-71 - Denúncia contra diretores da Companhia Docas do Rio de Janeiro (CDRJ) - PortosRio, apreciada na 269ª Reunião Ordinária, realizada em 25 de novembro de 2024 (Rel. Bruno Espíñeira Lemos); Processo nº 00191.000019/2023-51 - Denúncia contra o Diretor de Crédito Produtivo e Socioambiental do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), apreciada na mesma reunião (Rel. Manoel Caetano Ferreira Filho).

28. Assim, concluo que não há fundamento para a instauração de processo de apuração ética no presente caso. A análise das condutas atribuídas ao interessado não revelou qualquer desvio em relação às normas éticas deontológicas, conforme demonstrado nos autos.

III - CONCLUSÃO

29. Diante do exposto, considerando a ausência de indícios que evidenciem conduta incompatível com os padrões e normativos éticos, capazes de justificar a instauração de procedimento de apuração ética, voto pelo **ARQUIVAMENTO** do presente feito em relação ao interessado [REDACTED] da Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, sem prejuízo de eventual reapreciação da matéria, caso venham a surgir fatos novos e elementos suficientes que justifiquem sua reanálise.

30. Após deliberação do colegiado, dê-se ciência da presente decisão ao interessado.

MARIA LÚCIA BARBOSA
Conselheira Relatora

[2] Art. 1º - As viagens ao exterior do pessoal civil da administração direta e indireta, a serviço ou com a finalidade de aperfeiçoamento, sem nomeação ou designação, poderão ser de três tipos:

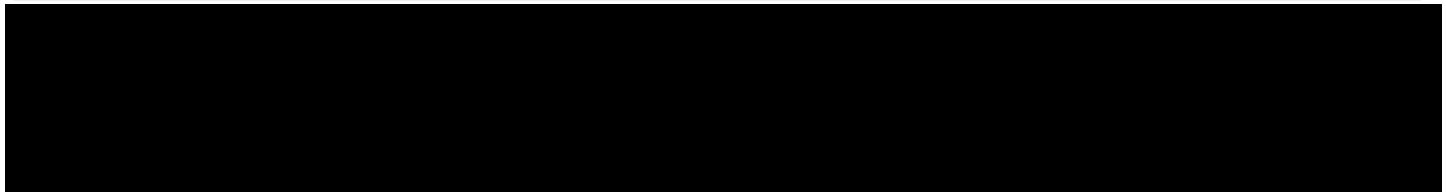
I - com ônus, quando implicarem direito a passagens e diárias, assegurados ao servidor o vencimento ou salário e demais vantagens de cargo, função ou emprego;

II - com ônus limitado, quando implicarem direito apenas ao vencimento ou salário e demais vantagens do cargo, função ou emprego;

III - sem ônus, quando implicarem perda total do vencimento ou salário e demais vantagens do cargo, função ou emprego, e não acarretarem qualquer despesa para a Administração.



Documento assinado eletronicamente por **Maria Lúcia Barbosa, Conselheira**, em 20/10/2025, às 13:21, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Referência: Processo nº 00191.001109/2024-40

SEI nº 7011178